

RELATÓRIO DA XI CONFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CHAPECÓ/SC

I – Informações Gerais sobre a Conferência Municipal de Assistência Social

Nome do Município: Chapecó

UF: SC

Código IBGE: 420420

Porte do Município: Grande

Identificação da Conferência: XI Conferência Municipal de Assistência Social

Data de Início: 26/07/2017

Data de Término: 26/07/2017

Total de horas de realização: 08 horas

Local de realização: Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo de Nes, Rua Assis Brasil, 20 D, Chapeco - SC

Número total de participantes: 294 participantes

01	Nome do Município	Chapecó
02	UF	SC
03	Código IBGE	420420
04	Porte do Município	Grande
05	Identificação da Conferência	XI
06	Data de Início	26/07/2017
07	Data de término	26/07/2017
08	Total de horas de realização	08 horas
09	Local de realização	Centro de Cultura e Eventos Plínio Arlindo De Nes
10	Número total de participantes	294 pessoas

II – Quantitativo de delegados da Conferência Municipal de Assistência Social por categoria:

Total	Sociedade civil			Governamentais
	Usuários	Trabalhadores	Entidades	
294	120	02	16	128

III – Quantitativo de pessoas envolvidas com a organização e a realização da Conferência Municipal de Assistência Social:

Quantitativo	Caracterização
16	Conselho (conselheiros e profissionais vinculados ao Conselho)
5	Órgão gestor da Assistência Social (gestor e profissionais vinculados ao órgão gestor)
5	Prestadores de serviço (empresas, profissionais contratados especificamente para esta finalidade).
5	Sociedade civil (associações, clubes, ONG's, OSCIP's, etc)
20	Trabalhadores

IV – Eventos de Mobilização e Preparação que antecederam a Conferência Municipal de Assistência Social:

Quantitativo	Tipo de Eventos de Mobilização e Preparação
10	Encontros Preparatórios
00	Palestras ou Debates Públicos
00	Encontros Preparatórios com Usuários
4	Discussão com CMAS
2	Encontro entre equipe

V - Quantidade de pessoas que participaram dos Eventos de Mobilização e Preparação que antecederam a Conferência Municipal de Assistência Social

Tipo de Eventos de Mobilização e Preparação	Total de Participantes
Encontros Preparatórios	616
Palestras ou Debates Públicos	00
Encontros Preparatórios com Usuários	00

VI - Ato de Convocação da Conferência Municipal de Assistência Social:

Decreto nº 34.449, de 10 de Julho de 2017.

VII - Programação da Conferência Municipal de Assistência Social:

07h30min Credenciamento e café
 08h15min Abertura
 08h45min Leitura e aprovação do Regimento Interno
 09h00min Apresentação dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios de Assistência Social de Chapecó – SEASC
 09h30min Palestra Tema da Conferencia
 10h45min Debate
 11h15min Almoço – livre
 13h00min Trabalho em grupo por eixo temático
 15h30min Intervalo para o lanche
 15h45min Plenária Final (aprovação de propostas e eleição de delegados)
 17h00min Encerramento

VIII - Registro dos resultados dos Grupos de Trabalho na Conferência Municipal de Assistência Social:

EIXO 1 - A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais.

	PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO	PRIORIDADES PARA O ESTADO	PRIORIDADES PARA A UNIÃO
1	Implantar os SCFV de 0 à 6 anos, de 06 a 13 e de 14 a 17 anos, conforme tipificação dos serviços, nas regiões de abrangência dos CRAS, com equipe técnica e espaços adequados, priorizando a região Leste.	Implantar um residencial inclusivo regionalizado para atender pessoas com deficiência que possuem seus vínculos familiares rompidos (alta complexidade).	Reduzir a idade de 65 anos para 60 anos de idade para acesso ao BPC idoso, considerando o que preconiza a Constituição Federal e o Estatuto do Idoso, que conceitua pessoa idosa a partir de 60 anos e aumento da renda per capita para um salário mínimo.
2	Implantar o Centro POP no município de Chapecó, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.	Implantar um sistema integrado do histórico de atendimentos das famílias pelas políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência Social, a exemplo do CNIS, utilizado no INSS.	Incluir o direito a majoração de 25% sobre o BPC, seguindo os critérios vigentes na lei.
3	Criar e implantar um Centro Dia para pessoas com deficiência e idosos no município, em paralelo realizar atendimento para as famílias e cuidadores, com apoio psicológico.		

4	Ampliar a estrutura física e de recursos humanos do CCI/instituição de longa permanência para idosos, para oferecer mais vagas, considerando a crescente demanda.		
5	Ampliar os serviços de Acolhimento com a expansão da estratégia de família acolhedora para crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.		

EIXO 2: Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS

	PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO	PRIORIDADES PARA O ESTADO	PRIORIDADES PARA A UNIÃO
1	Criar fóruns comunitários para o controle social e oportunizar em todos os espaços discussões sobre o SUAS.	Efetivar o Plano Estadual de Capacitação continuada aos profissionais do SUAS.	Incentivar a adesão das pessoas para desenvolverem a função de conselheiro não governamental. (Ex: com incentivos fiscais, ou remuneração como ocorre nos Conselhos Tutelares, Conselho de Esportes, Conselhos classistas).
2	Publicizar o trabalho dos conselhos municipais.	Estruturar fóruns microrregionais, considerando a abrangência das Associações de Municípios, para discussão das particularidades de cada região referentes à política de Assistência Social. Estes fóruns terão vínculo com os conselhos municipais e com o conselho estadual de Assistência Social.	Efetivação do Plano Nacional de Capacitação continuada aos profissionais do SUAS.
3	Articular, aproximar e estabelecer a comunicação entre os gestores das políticas públicas que compõem a rede socioassistencial, com o objetivo de conhecer e trabalhar em rede.		
4	Aprimorar o acompanhamento às famílias, priorizando o trabalho em rede com as demais políticas públicas.		
5	Capacitação de forma continuada para os conselheiros e trabalhadores do SUAS.		

EIXO 3: Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais

	PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO	PRIORIDADES PARA O ESTADO	PRIORIDADES PARA A UNIÃO
1	Ampliar para 50 (cinquenta) o número de vagas no Programa	Garantir recursos estaduais para a ampliação de	Garantir recursos federais para executar programas destinados

	Renda Cidadã inclusive para idosos, PCDs e pessoas que necessitam de cuidados integral e aumentar o valor do benefício social para 1 (um) salário mínimo.	programas destinados à geração de trabalho e renda para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.	à geração de trabalho e renda para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.
2	Ampliar as vagas no Programa de Capacitação Profissional Trabalho e Cidadania da SEASC para o mínimo de 100 (cem), priorizando a inclusão de adolescentes.	Ampliar a equipe técnica da DPCAMI priorizando o perfil dos profissionais, com atendimento em horário comercial e plantão 24 horas.	Ampliar o valor pago as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família a fim de realmente conseguir superar a extrema pobreza.
3	Garantir a implantação de uma equipe volante para atender as comunidades do interior, com contratação de equipe através de concurso público.		
4	Implantação de um CRAS para atender as famílias dos bairros Palmital dos Fundos, Quedas do Palmital, Palmital, Santo Antônio, Saic, Jardim Itália, Parque das Palmeiras, Jardim América e Mantelli.		
5	Promover capacitação continuada para as famílias acolhedoras e trabalhadores do SUAS.		

EIXO 4: A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidade dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

	PRIORIDADES PARA O MUNICÍPIO	PRIORIDADES PARA O ESTADO	PRIORIDADES PARA A UNIÃO
1	Ampliar o financiamento para área de Assistência Social com percentual fixo regulamentado em lei de, no mínimo, 10% da arrecadação municipal.	Garantir o cumprimento dos prazos para repasse dos recursos do Governo Estadual aos municípios, conforme pactuação, de acordo com o que é determinado em orçamento, atualizar os valores repassados e garantir sua correção anual. Havendo atraso no repasse, acréscimo de 10% ao mês.	Garantir o cumprimento dos prazos para repasse dos recursos aos municípios, conforme pactuação, de acordo com o que é determinado em orçamento, atualizar os valores repassados e garantir sua correção anual. Havendo atraso no repasse, acréscimo de 10% ao mês.
2	Normatizar para que os cargos de direção e gerência dos serviços socioassistenciais sejam ocupados por profissionais com formação nas áreas previstas na NOB RH SUAS.	Ampliar a equipe técnica de referência da Vigilância Socioassistencial.	Fixar um percentual de repasse de recursos para a execução da Política de Assistência Social.
3	Instituir o Plano de carreira, cargos e salários do quadro geral da Prefeitura Municipal de Chapecó, contemplando os trabalhadores do SUAS, conforme a legislação vigente (NOB/RH/SUAS), sem distinção entre as profissões.		
4	Implantar a política de educação permanente e supervisão técnica aos trabalhadores do SUAS e da		

	rede de serviços socioassistenciais. Quando a capacitação se der por conta do servidor que não haja reposição de horas ausentes.		
5	Garantir a ampliação das equipes técnicas de todos os Serviços ofertados pela SEASC, conforme determina a NOB/RH SUAS 2012, por meio de concurso público.		

IX - Registro das Deliberações da Plenária Final da Conferência Municipal de Assistência Social:

Deliberações para o Município		
DELIBERAÇÕES		Eixo relacionado
01	Ampliar os grupos para mulheres, não aos moldes do que existe, mas sim grupos de fortalecimento de vínculos, para prevenção de isolamento e de conflitos familiares.	Eixo 1
02	Ampliar o programa família extensa, atendendo maior número de pessoas e também atender idosos e PCDs..	
03	Implantar o CREAS III na Efapi.	
04	Criar dois turnos para os atendimentos, com equipe adequada nas três níveis de complexidades.	
05	Ampliar a estrutura física do CREAS I e II para atendimento adequado e qualificado da demanda.	
07	Implementar duas oficinas por semestre no Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de LA e PSC, articulando com a comunidade, Poder Público e Universidades, atendendo 100% dos adolescentes com cursos profissionalizantes.	
08	Construir espaço próprio, conforme a NOB/RH/SUAS, para os Centros de Referência de Assistência Social do município que ainda não possuem.	
09	Disponibilizar veículo para transporte coletivo para conduzir as crianças e adolescentes dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	
10	Disponibilizar um profissional específico (aos moldes do segundo professor na educação) para melhor atender as crianças e adolescentes com deficiência nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos.	
11	Compor as equipes técnicas nas MSE, com psicólogo, assistente social, pedagogo, monitor social e advogado, auxiliar administrativo, como previsto no SINASE, diminuindo a sobrecarga técnica e garantindo mais qualidade no atendimento, aumentando o número de adolescentes atendidos.	
12	Ampliar a oferta de oficinas e aquisição de equipamentos para qualificar o atendimento nos SCFV.	
13	Ampliar a equipe dos CRAS e CREAS para garantir a execução dos serviços de atendimento ao idoso e a pessoa com deficiência no domicílio.	
14	Ofertar cursos profissionalizantes gratuitos e itinerantes nas comunidades do interior do município, em parceria com as universidades, Sistemas S para atendimento da comunidade em geral, conforme o público da Assistência Social.	
15	Ampliar as vagas do PCP Trabalho e Cidadania com a garantia de oferta de cursos profissionalizantes, em parceria com o SENAI, SENAC, SESI, SEST/SENAT, SEBRAE, CEDUP e IFSC.	
01	Ampliar recursos para aquisição de equipamentos adequados de multimídia (retroprojeto de multimídia, notebook, máquina fotográfica, computadores adequados) para os CRAS do município, necessários e adequados para a execução dos trabalhos da Política de Assistência Social.	
02	Criar Conselhos Locais de Assistência Social, nos moldes dos Conselhos Locais de Saúde, vinculados aos territórios dos CRAS, tendo representação efetiva no Conselho	

	Municipal de Assistência Social e que realize monitoramento do trabalho em rede.	
03	Implementar estratégias de acesso a informação sobre o trabalho desenvolvido pelo Conselho Municipal de Assistência Social, bem como, Divulgar amplamente as datas das reuniões do Conselho de Assistência Social, pois, usuários relatam não terem acesso a tal informação.	
04	Promover ações preventivas de sensibilização e educação contra todas as formas de violência intrafamiliar, inclusive a violência sexual, através de campanhas educativas de sensibilização e orientação.	
05	Capacitar os técnicos para desenvolverem trabalho de organização popular visando o fortalecimento das instituições comunitárias. Manter os serviços e equipamentos já existentes, ampliando as equipes para atender com qualidade a demanda existente.	
06	Manter o bom atendimento nos serviços, principalmente nos CRAS, atendendo as prioridades de cada região.	
07	Implantar diretrizes fiscalizadoras para Conselho de Assistência Social sobre o Programa Bolsa Família.	
08	Implantar a Gestão do Programa Bolsa Família no município com equipe técnica específica.	
09	Oportunizar em todos os espaços discussão sobre o SUAS.	
10	Fiscalizar as entidades inscritas no CMAS.	
11	Aplicar devidamente os recursos destinados para a assistência social nos serviços e programas do poder público e nas entidades conveniadas.	
12	Realizar ações comunitárias com o objetivo de articulação e repasse de informações ao território de abrangência.	
13	Possibilitar espaços adequados para realização de atendimentos descentralizados nos bairros que não possuem CRAS no território.	
14	Descentralizar os atendimentos para a zona rural.	
15	Fiscalizar os órgãos de atendimento a fim de garantir que os usuários estão sendo respeitados em seus direitos.	
16	Garantir que o trabalho em rede com as demais políticas públicas aconteça com efetividade.	
01	Implantar um Projeto de Cidade do Idoso na região leste e São Pedro ou garantir o deslocamento.	Eixo 3
02	Realizar maior divulgação dos serviços e programas da política de assistência social do Município, fazer cartilha informativa e publicizar os dados quantitativos e qualitativos de atendimentos realizados pela Assistência Social, para demonstrar o impacto e a importância do trabalho para o município.	
03	Estruturar o programa de erradicação ao trabalho infantil no município com composição de equipe de referência para atuar no PETI., bem como Realizar dois fóruns de discussão da prevenção do trabalho infantil para empresários e outros setores e publicar pesquisas sobre trabalho infantil.	
04	- Garantir a ampliação das equipes técnicas de todos os Serviços ofertados pela SEASC, conforme determina a NOB/RH SUAS 2012, por meio de concurso público inclusive com possibilidade de equipe volante para atender as comunidades do interior, monitores para Grupos de Mulheres e Idosos, instrutora de artesanato para trabalhar com o Grupo de Mulheres e grupos PAIF nos territórios dos CRAS.	
05	Implantação de um CRAS para atender as famílias dos bairros, Palmital dos Fundos, Quedas do Palmital, Palmital, Santo Antônio, Saic, Jardim Itália, Parque das Palmeiras, Jardim América, Mantelli.	
06	Oferecer espaços de apoio, escuta e esclarecimentos à família, dando-lhes suporte para trabalhar com questões relativas à sexualidade, uso de drogas e ato infracional.	
07	Utilizar as informações do Cadastro Único como instrumento de trabalho que permita garantir formas de acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios sociais.	
08	Promover programas e projetos de desenvolvimento para os Povos Indígenas, a fim de retirá-los da situação de pobreza.	
09	Garantir a implantação de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 13 anos na região Leste.	
10	Elaborar protocolos de atendimento dos serviços.	
11	Inserir adolescentes a partir de 16 anos no Programa de Capacitação Profissional - PCP "Trabalho e Cidadania".	
12	Aumentar a alimentação fornecida para os grupos de idosos do território.	
13	Ampliar o Programa Família Extensa para o atendimento de idosos e seus familiares.	

14	Ampliar as vagas no Programa de Capacitação Profissional Trabalho e Cidadania da SEASC para o mínimo de 100 (cem), priorizando a inclusão de adolescentes.	
15	Efetivar o repasse do Benefício de Auxílio Natalidade no município.	
16	Garantir atendimento especializado às famílias com crianças e adolescentes em serviços de acolhimento.	
17	Apropriar e operacionalizar o protocolo de acolhida e atendimento das crianças e adolescentes nas entidades, serviços e delegacias.	
19	Reduzir o número de crianças e adolescentes acolhidos, a partir do desenvolvimento de estudos mais densos, interdisciplinares e interinstitucionais que possibilitem a tomada de decisão pelo acolhimento em situação de extrema necessidade.	
01	Ampliar o atendimento as pessoas com deficiência em serviços de proteção básica e proteção especial.	Eixo 4
02	Implantar a Vigilância Socioassistencial com equipe técnica de referência.	

Deliberações do Município para o Estado	
Total de deliberações deve considerar quantitativo máximo indicado para municípios de cada estado	
DELIBERAÇÕES	Eixo ao qual está relacionada
<i>Não houve deliberações para o Estado em nenhum eixo além das propostas elencadas como prioritárias.</i>	

Deliberações do Município para a União		
Total de deliberações deve considerar quantitativo máximo indicado para municípios de cada estado		
DELIBERAÇÕES	Eixo ao qual está relacionada	
01	Garantir o Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e PCDs, de acordo com as particularidades, já previstas nas Ações Cíveis Públicas em vigência nos tribunais.	Eixo 1
02	Garantir a manutenção do BPC/LOAS para as pessoas com deficiência ao ingressar em um trabalho formal.	Eixo 1
03	Redução da idade para 60 anos para acesso ao BPC idoso e aumento para ½ salário mínimo a renda per capita.	Eixo 3
04	Aumentar o número de vagas no Programa Bolsa Família no Município.	Eixo 3
05	Informar o usuário antes de suspender o recurso do bolsa família.	Eixo 3

X – Avaliação da Conferência Municipal de Assistência Social

Total de fichas de avaliação preenchidas pelos participantes	173
Total de fichas de avaliação preenchidas pelos conselheiros	07

AVALIAÇÃO PELOS PARTICIPANTES

a) Organização da Conferência Municipal de Assistência Social.

AVALIAÇÃO	Ótimo	Muito bom	Regular	Ruim	Péssimo
Mobilização e Preparação: (Atividades previamente realizadas para obter uma participação maior, mais representativa e mais qualificadas na Conferência Municipal)	69	39	01		
Local e infraestrutura: (Espaço físico e logístico da organização da Conferência Municipal)	131	33			
Acessibilidade: (Adequação do espaço físico, tecnologias assistivas, intérprete de libras, equipe	98	75			

de apoio e demais condições para a participação das pessoas com deficiência)					
Programação: (Atividades e horários previstos para a Conferência Municipal)	30	129			
Participação: (Envolvimento ativo dos delegados e demais presentes nas atividades realizadas, debates e na tomada de decisões da Conferência Municipal).	02	134	29		

b) Conhecimentos agregados a partir da participação na Conferência Municipal de Assistência Social:

	5	4	3	2	1	0
Ampliação de conhecimentos sobre o Tema da Conferência	29	60	44	03		
Ampliação de conhecimentos sobre o II Plano Decenal da Assistência Social		01	01	08	17	20

AVALIAÇÃO PELOS CONSELHEIROS

Tema da Conferência e Eixos da Conferência	5	4	3	2	1	0
Eixo 1: Relevância e Clareza	01	05	02			
Eixo 2: Relevância e Clareza	01	06	01			
Eixo 3: Relevância e Clareza	01	04	03			
Eixo 4: Relevância e Clareza	01	07				

Trabalhos em Grupo para debate dos Eixos e definição das propostas de deliberação da Conferência	5	4	3	2	1	0
Trabalho em Grupo: Eixo 1		01	03			
Trabalho em Grupo: Eixo 2		03	01			
Trabalho em Grupo: Eixo 3		02	05			
Trabalho em Grupo: Eixo 4		03	01			

Avaliação Final pelos Conselheiros Municipais de Assistência Social:

Aspectos positivos	Aspectos negativos	Demais considerações
<p>Cumprimento do horário e organização.</p> <p>Participação significativa dos usuários da assistência social que se mostraram envolvidos na discussão das propostas.</p> <p>Comprometimento e participação dos usuários.</p> <p>A Palestra da Conferência foi muito bem conduzida pela profissional, que utilizou uma metodologia simples e esclarecedora para melhor compreensão de todos os presentes (usuários e</p>	<p>Dificuldade de entendimento dos participantes para a discussão.</p> <p>Leitura de todas as Propostas elencadas nas reuniões ampliadas ou nos trabalhos em grupos realizados nos serviços.</p> <p>A organização das propostas, pois ficaram repetidas em alguns eixos.</p> <p>Algumas propostas que vieram das pré-conferências sem consistência/nexo.</p> <p>Protocolo desconsiderou as</p>	<p>Pensar para as próximas conferências uma dinâmica com menos pessoas por grupo, que possibilite mais tempo para discussão e debate com qualidade.</p> <p>Orientar mais os profissionais que coordenam os grupos, como são grupos grandes, é desafiador conduzir a discussão e definição das propostas.</p> <p>As apresentações dos Grupos ficariam metodologicamente mais dinâmicas e interessantes, caso fossem destacadas apenas as Propostas que haviam sido aprovadas pelos grupos de trabalho.</p> <p>A organização e o desenvolvimento da Conferência foram excelentes:</p>

